**09/07/2009 - Intervenção Política de Zuraida Soares - Sobre a situação laboral dos trabalhadores do ex-IFADAP**

Em 2007, pela extinção do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), sucedeu-lhes o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas – IP.

Desta remodelação, operada pelo Governo da República, resultou o encerramento, por extinção, das delegações regionais destes Institutos. E, em consequência, o Governo Regional dos Açores assumiu a administração do PRORURAL e PROPESCAS, resultantes das novas e mais amplas competências, estabelecidas no actual Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Após o processo de extinção das delegações do IFADAP e da consequente passagem dos(as) respectivos(as) funcionários(as) para um regime de mobilidade especial da administração central, o Governo Regional dos Açores - impulsionador da regionalização dos referidos serviços – garantiu, deste o inicio, publicamente e por repetidas ocasiões, que seria disponibilizada

uma solução adicional, visando a integração dos(as) trabalhadores(as) açorianos(as) da delegação regional do IFADAP, nos serviços da administração regional.

Pública e reiteradamente, tem sido assumido pelo Secretário Regional da tutela – e, novamente, em Fevereiro passado, nesta Assembleia -, que "a situação dos(as) funcionários(as) do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, nos Açores, vai ser resolvida". Acrescentando, ainda, que a administração do IFAP se iria deslocar à Região para a resolução desta questão.

Em 3 de Abril de 2009, foi anunciado aos três sindicatos do Sector (Sindicato dos Bancários do Centro, Sindicato dos Bancários do Norte e Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas), pelo Conselho Directivo do IFAP, que tinha sido suspenso o processo de identificação de excedentários, abrindo concurso para que os(as) trabalhadores(as) passem, definitivamente, para os quadros do Instituto ou das Direcções Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP). Em relação aos trabalhadores (as) da Região Autónoma dos Açores, mais concretamente foi anunciado que estaria em estudo um diploma legal para a sua integração na Direcção

Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura (DRACA).

Ora, a realidade é que passados três meses, desde esta decisão anunciada pelo IFAP, nada de concreto se vislumbra para os(as) onze trabalhadores(as) que, injustamente, têm vindo, desde há dois anos, a viver a incerteza do seu posto de trabalho (e, consequentemente, da sua subsistência e das suas famílias) e que, no último mês, viram as suas condições de trabalho deterioradas, chegando mesmo à situação de terem as instalações onde

trabalham sem luz, água ou telefone. Entretanto, estes trabalhadores foram transferidos para as instalações da Direcção Regional de Assuntos Comunitários da Agricultura (DRACA), no dia 1 de Julho, sem que lhes tenha sido, condignamente, dado qualquer tipo de informação quanto à sua situação profissional.

Em Abril passado, aquando da visita do Ministro da Agricultura, Jaime Silva, aos Açores, foi garantido que a regionalização do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, estaria concluída até final do primeiro semestre do corrente ano.

Não seria de esperar que, igualmente, a regularização dos(as) trabalhadores(as) deste serviço também ficasse resolvida, de uma vez por todas, findo este processo de regionalização?

Considerando o mais elementar princípio de justiça social, terá, certamente, o Governo Regional (aquando do seu empenho na regionalização dos serviços decorrentes do IFADAP), acarretado a responsabilidade política de encontrar a solução adequada para a integração, na administração regional, destes onze trabalhadores (as), a maioria dos quais ascendendo a 10 anos de serviço e alguns, entre os 16 e os 18 anos de serviço no IFADAP.

Ninguém duvidará que o Governo Regional possui os meios de encontrar solução jurídica para a integração destes(as) trabalhadores(as), na administração pública regional.

Poderemos, assim, concluir, ou melhor, poderão os trabalhadores(as) concluir, que a dificuldade na resolução deste problema, é apenas de cariz e vontade política.